



## SICAP começa a ser implantado

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS) aprovou durante a sessão desta quarta-feira (03.03.10), por unanimidade, a RESOLUÇÃO NORMATIVA TC/MS N° 067 que institui o Sistema Informatizado de Controle de Atos de Pessoal – SICAP, no âmbito do TCE/MS, e que dispõe sobre a remessa eletrônica de dados relativos a atos de pessoal entre outras providências.

Pag. 4



Cicero de Souza faz a leitura da resolução normativa

## Servidores da educação participam de curso de licitação



Curso teve participação de 40 servidores da educação

Nos dias 24 e 25 de fevereiro, 40 servidores integrantes da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), com atividades diretamente ligadas à instrução dos processos encaminhados para verificação do TCE/MS, participaram do Curso de Procedimentos Licitatórios, Instrução e Tramitação Processual.

Pag. 3

## PCCR aprovado por unanimidade pelo Pleno

Durante sessão do Pleno do dia 10 de março, os conselheiros aprovaram por unanimidade o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos servidores do Tribunal, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo presidente, conselheiro Cicero Antônio de Souza, que entregou o Projeto de Lei em mãos ao presidente da Assembleia Legislativa, Jerson Domingos.

Pag. 8



Cicero de Souza repassa PCCR ao deputado Jerson Domingos

## Manfredo Alves aposenta-se após 12 anos de MPC

O Procurador Geral de Contas, Manfredo Alves Corrêa aposentou-se depois de permanecer 12 anos no cargo de procurador do Ministério Público de Contas - MPC/MS (ex-Ministério Público Especial) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS). O ato de aposentadoria foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) do último dia 13.

O procurador despediu-se dos colegas e amigos do MPC e do Tribunal elogiando principalmente as realizações da atual gestão do TCE/MS, que tem como presidente o conselheiro Cícero Antônio de Souza.



Manfredo Alves Corrêa



Tribunal de Contas do  
Estado de Mato Grosso do Sul

### EXPEDIENTE

#### CORPO DELIBERATIVO

##### Presidente

Cícero Antônio de Souza

##### Vice-Presidente

Paulo Roberto Capiberibe Saldanha

##### Corregedor-Geral

Osmar Ferreira Dutra

##### Conselheiros

José Ancelmo dos Santos

José Ricardo Pereira Cabral

Iran Coelho

Waldir Neves

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

##### Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Flávio Teixeira (DRT/MS 15)

##### Assessor de Imprensa

Luiz Afonso Junot Morisson (DRT/MS 99)

##### Jornalista

Débora Charro (DRT/MS 194)

##### Fotógrafo

Roberto Alves de Araújo (DRT/MS 140)

##### Produção Editorial

Fabianne Rezek

Roberto Manweiler Munhoz

Site: [www.tce.ms.gov.br](http://www.tce.ms.gov.br)

e-mail: [comunicacao@tce.ms.gov.br](mailto:comunicacao@tce.ms.gov.br)

## PROMOEX: Ministério do Planejamento aprova prestação de contas do TCE/MS

O Ministério do Planejamento aprovou no mês de janeiro, as prestações de contas relativas às 1ª e 2ª parcelas de recursos liberados para o TCE/MS, do Programa Nacional de Modernização do Sistema de Controle Externo (Promoex). De acordo com o coordenador-geral da UEL (Unidade Executiva local), Alexandre Augusto Brandes, até o final de 2010 será investido ainda R\$ 1,5 milhão, sendo R\$ 1 milhão a ser liberado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e R\$ 500 mil em contrapartida pelo TCE/MS.

Segundo os pareceres técnicos e financeiros do Ministério do Planejamento, assinados pela Diretora Nacional do Promoex, Heloisa Garcia Pinto e pelo diretor do Departamento de Cooperação Internacional em Gestão Pública, Luis Antonio Tauffer Padilha, "procedidas análises preliminares, verificou-se que a documentação remetida apresenta-se adequada e suficiente para ser realizada a análise técnica das prestações de contas parciais ora em questão", e concluiu: "pela aprovação da 1ª e 2ª prestação de contas do Convênio nº 22/2006, no que tange às metas físicas". Segundo o coordenador local do Promoex, "a aprovação das contas habilita o TCE/MS a continuar recebendo o restante dos recursos do referido convênio".

A 1ª parcela totalizou investimentos da ordem de R\$ 309.444,01, sendo R\$ 216.451,80 liberados pelo BID e R\$ 92.992,21 em contrapartida pelo TCE/MS. Já a 2ª parcela envolveu recursos da ordem de R\$ 461.969,96, sendo R\$ 243.208,06

liberados pelo BID e R\$ 218.761,90 em contrapartida pelo TCE/MS. Brandes explica que a prestação de contas referente à 3ª parcela já foi encaminhada ao Ministério, e que em breve deve receber o parecer técnico financeiro do Ministério.

Em 2009, além do curso de análise de balanços, foram realizadas oficinas de capacitação dos jurisdicionados em Controle Interno, Formação de Multiplicadores, o curso de adequação de análises técnicas às novas regras ortográficas, que beneficiaram mais de 350 pessoas, entre técnicos dos órgãos jurisdicionados e servidores do TCE/MS; adquiridas 30 impressoras a laser e 20 multifuncionais, que geraram maior economia para o Tribunal, já que estes equipamentos substituíram parte dos que eram locados.

Alexandre Brandes informou que entre as ações a realizar, está a aquisição de equipamentos na área de informática, tais como servidores e dispositivos de armazenamento, softwares,



Coordenador do Promoex e equipe avaliam resultados

certificados digitais, além da capacitação e cursos para funcionários e técnicos, entre outros.

## Terto Moraes é o novo Procurador Geral do MPC

O procurador adjunto de Contas do Ministério Público de Contas (MPC), Terto de Moraes Valente, tomou posse do cargo de procurador geral de Contas na última segunda-feira (22/02), em decorrência da aposentadoria do procurador de Contas, Manfredo Alves Corrêa. De acordo com Valente, esse ano seu objetivo é "concluir todas as mudanças de emenda à Constituição Estadual, a Lei Orgânica do MPC e as alterações no Regimento Interno".



Terto Valente

# ESCOEX promove curso de licitação pela 1ª vez para jurisdicionados

Nos dias 24 e 25 de fevereiro, 40 servidores integrantes da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), com atividades diretamente ligadas à instrução dos processos encaminhados para verificação do TCE/MS, participaram do Curso de Procedimentos Licitatórios, Instrução e Tramitação Processual.

**“Este curso ficará marcado em nossa história como o primeiro ministrado para servidores de outros poderes.”**

A abertura do evento contou com a participação da secretária de Educação, professora Maria Nilene Badeca da Costa, e do assessor jurídico da presidência do TCE/MS, Luiz Carlos Areco.

Segundo Nilene Badeca, “a intenção da Secretaria quando procurou o Tribunal foi acertar mais, cumprir a legislação, para que nossos servidores tenham maior conhecimento da legislação e assim possam aprimorar o seu trabalho”, afirmou.

O assessor jurídico da presidência, Luiz Carlos Areco, destacou que no ano passado a Escoex promoveu diversos cursos, mas todos destinados para servidores do TCE. “Este curso ficará marcado em nossa história como o primeiro ministrado para servidores de outros poderes”, afirmou.

Areco elogiou a iniciativa da secretária de Educação em propor a realização do curso e afirmou que, após da inauguração da sede da Escoex, previsto para o final de março, “a Escoex contará com uma estrutura apropriada para oferecer mais cursos aos jurisdicionados, ajudando a Corte de Contas a cumprir com sua função educativa e orientadora”.

Durante a entrega dos certificados, o coordenador da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), José Sebastião Espindola, afirmou que “o objetivo da Escoex foi cumprido, que era levar conhecimento aos jurisdicionados, para que haja uma gestão melhor, mais transparente”.



Dr. Areco (esq.) acompanhou abertura do curso



José Espindola, Adriana Marques e Marcio Lolli Ghetti no encerramento

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O curso, carga de oito horas-aulas, foi ministrado pelo auditor de Controle Externo e presidente da Comissão Permanente de Licitação do TCE/MS, Márcio Lolli Ghetti. Segundo ele, o objetivo do curso é proporcionar uma visão técnica sobre a tramitação dos processos no âmbito da Corte Fiscal, com ênfase principalmente nos procedimentos licitatórios, contratos e convênios, assim como indicar as responsabilidades (direta, indireta e solidária) dos agentes públicos, servidores e demais partícipes dos processos de prestação de contas.



# Sicap é implantado

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS) aprovou durante a sessão desta quarta-feira (03.03.10), por unanimidade, a RESOLUÇÃO NORMATIVA TC/MS N° 067 que institui o Sistema Informatizado de Controle de Atos de Pessoal – SICAP, no âmbito do TCE/MS, e que dispõe sobre a remessa eletrônica de dados relativos a atos de pessoal, entre outras providências.

De acordo com a justificativa apresentada pelo conselheiro presidente, Cícero Antônio de Souza, “essas mudanças vêm de encontro à necessidade de imprimir maior celeridade na apreciação, para fins de registro, dos atos de pessoal, e com a utilização de recursos tecnológicos viabiliza a adoção de medidas que buscam racionalizar normas e procedimentos, com vistas ao incremento da eficiência e eficácia das ações de controle externo a cargo deste Tribunal”.

O conselheiro explica que “a remessa eletrônica de dados colabora sobremaneira para que órgãos e entidades jurisdicionados mantenham, de forma ordenada e de fácil acesso, os arquivos de informações gerenciais e específicas de atos de pessoal”.

É competência da Corte de Contas, na forma do artigo 77, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão

de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como a da concessão de aposentadoria, reforma e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alteram o fundamento do ato concessório.

A medida entrou em vigor a partir de 05 de março. Os responsáveis pelos órgãos e entidades jurisdicionados deverão enviar as informações relativas a atos de pessoal, via Internet, no endereço eletrônico [www.tce.ms.gov.br](http://www.tce.ms.gov.br), conforme layout dos arquivos do sistema e orientações contidas no Manual Técnico do SICAP, nos prazos e condições a serem estabelecidos em Orientação Técnica ao Jurisdicionado – OTJ, bem como nos termos da Instrução Normativa TC/MS nº 015, de 09 de agosto de 2000.

O diretor da Inspeção de Controle de Atos de Pessoal (ICAP), Sebastião Mariano Serrou, ressalta que o Sistema permitirá aos jurisdicionados efetuar, pela Internet, o envio de informações relativas aos atos de pessoal, iniciando pelo cadastro dos planos de cargos e carreiras, concursos públicos, admissões, demissões, exonerações, entre outros. A medida faz parte do Programa de Modernização que está sendo implantado pelo presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antônio de Souza.



Cícero de Souza faz a leitura

## Site ganha serviço de atendimento

O site do TCE/MS já conta com um serviço de “Atendimento ao Usuário”, também conhecido pelos internautas como “help-desk”. O objetivo desse serviço é auxiliar e facilitar o atendimento e consulta via Internet. De acordo com o Chefe da Assessoria de Informática, Ari Silvio Alves de Lima, este serviço faz parte da Política Corporativa de Segurança da Informação do TCE/MS (PCSI) implantada recentemente pelo presidente, conselheiro Cícero Antônio de Souza.

Trata-se de um serviço para atender as necessidades dos usuários. Através dele, os servidores e jurisdicionados cadastrados poderão registrar suas dúvidas sobre o uso de programas e sistemas, assim como comunicar defeitos de hardware, computadores, impressoras e outros. Anteriormente, isso era feito por telefone, sem maiores controles de entrada e sem possibilidade do usuário acompanhar o atendimento de sua reclamação.

A Assessoria de Informática iniciou no dia 22 de fevereiro o treinamento para uso do serviço “Atendimento ao Usuário” no site. De acordo com o coordenador do treinamento, Dumas Fernandes Xavier, todos os servidores do Tribunal serão capacitados para me-



Diretor da Icap, Sebastião Serrou

# Cícero de Souza entrega PCCR na Assembleia Legislativa



...ra da resolução normativa

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), conselheiro Cícero Antônio de Souza, acompanhado do assessor jurídico da Presidência, Luiz Carlos Areco, entregou pessoalmente ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jerson Domingos, no dia 11 de março, o Projeto de Lei que dispõe sobre a consolidação do Plano de Cargos, Carreira

cumprir o seu compromisso com o quadro de servidores, sensível que é aos seus antigos anseios e aspirações, e sem os quais este Tribunal não poderia levar a termo também seu compromisso com a sociedade e cumprimento às suas atribuições constitucionais".

O deputado Jerson Domingos afirmou que a Assembleia Legislativa respalda a iniciativa e autonomia do TCE/



Cícero de Souza e Luiz Carlos Areco apresentaram PCCR ao presidente da A.L.

## tendimento ao usuário

lhor utilização do serviço. Segundo ele, até o mês abril as solicitações ainda poderão ser feitas por telefone e, a partir desta data, somente pela Internet.

Com essa nova ferramenta, o registro das solicitações será feito automaticamente via internet, permitindo que o setor de informática faça um acompanhamento interno, assim como poderá gerar cadastro das principais dúvidas e reclamações, e o acompanhamento do prazo de atendimento, melhorando a eficiência do setor. A equipe é composta por sete profissionais com qualificação, possuindo conhecimentos e técnicas que lhes permitem verificar e resolver problemas de informática.



e Remuneração do Quadro de Pessoal do Tribunal, aprovado por unanimidade pelos conselheiros na última sessão do Pleno, realizada no dia 10 de março.

O conselheiro Cícero de Souza explicou ao presidente da Assembleia Legislativa que o PCCR é fruto de um longo trabalho de estudo e pesquisa iniciado a cerca de um ano com consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e analisado com profundidade pelos conselheiros que apresentaram suas sugestões e propostas baseadas em reivindicações dos servidores.

Na mensagem que encaminhou à Assembleia, ele destacou que o projeto mantém observância aos limites orçamentários e aos limites constitucionais e legais vigentes. Segundo ele, "com esta iniciativa, o Tribunal de Contas

MS na elaboração do PCCR, pois "tenho certeza da firmeza de princípios do presidente e demais conselheiros, o que nos garante que o projeto não fere os princípios constitucionais". Na avaliação do presidente, as propostas certamente vêm para melhorar a situação do quadro de pessoal do Tribunal.

O presidente da Assembleia informou que o projeto será lido no expediente da sessão desta quinta-feira, seguindo em regime de urgência para a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) que deve apresentar o seu parecer para apreciação dos deputados na sessão de quarta-feira (17/03). Posteriormente o projeto vai para a Comissão de Mérito e segue para votação na sessão seguinte.

## PCCR aprovado por unanimidade em sessão do Pleno

Durante sessão do Pleno do dia 10 de março, os conselheiros aprovaram por unanimidade o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos servidores do Tribunal, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo presidente, conselheiro Cícero Antônio de Souza, que entregou o Projeto de Lei em mãos ao presidente da Assembleia Legislativa, Jerson Domingos.



Cícero de Souza repassa PCCR ao deputado Jerson Domingos

# Números de processos julgados cresceu 66%

De janeiro a dezembro de 2009, TCE/MS julgou 10.439 processos nas Câmaras e Pleno, o que representa um incremento de 66%, se comparado com o número de processos analisados em 2008, que foi de 6.880. De acordo com o relatório de atividades da Secretaria Geral, a média de processos julgados para cada um dos seis conselheiros do Tribunal de Contas do Estado foi de 1.740. Já a Inspeção de Controle de Atos de Pessoal (ICAP), a cargo do presidente, conselheiro Cícero Antônio de Souza, analisou 7.157 processos no ano passado.

Estes números referem-se a prestações de contas dos órgãos jurisdicionados (Prefeituras, Câmaras Municipais, fundos, autarquias e órgãos estaduais), que passaram pela análise do Tribunal Pleno, que é formado pelos sete conselheiros e pelas 1ª e 2ª Câmaras.

Os conselheiros ainda elaboraram no período 2.583 decisões através das 1ª e 2ª Câmaras e do Pleno. Já as de-

cisões singulares, elaboradas pelos seis conselheiros que compõem o Pleno, totalizaram 5.726.

Para o presidente do TCE/MS, Cícero Antônio de Souza, esses números refletem o bom andamento dos trabalhos e o esforço dos servidores do Tribunal em apreciar as contas e aplicação dos recursos públicos com mais agilidade. "Além de investir na capacitação dos nossos servidores, também aplicamos recursos consideráveis no programa de informatização, com a melhoria e atualização de computadores e softwares, através do Promoex", enfatizou.

Os números do relatório de atividades de 2009, também revelam que a Assessoria de Informática contabilizou 19.567 documentos, entre microfilmagem, devoluções à origem, incinerados, e milhares de documentos digitalizados. O Corpo Especial de Auditoria neste mesmo período somou 8.648 documentos entre a emissão de pareceres em balanços gerais e despachos em

processos dos órgãos jurisdicionados.

Já o Cartório do TCE/MS registrou a expedição de 3.436 documentos, entre intimações e comunicação de julgamentos; e ainda executou a autuação em 7.058 processos (administrativos e técnicos). A Diretoria de Controle Externo contabilizou 1.892 pareceres jurídicos e técnicos. Também a Assessoria de Controle Externo somou 2.253 encaminhamentos de processos para impugnação e multas; expedições de informações e certidões; ou recolhimento e parcelamento de valores aplicados.

As outras seis inspeções, juntas, contabilizaram 10.877 análises, diligências, e manifestações em outros processos. Os técnicos das seis inspeções realizaram ainda, 536 inspeções nos órgãos jurisdicionados, em 2009. Já os técnicos da Inspeção de Controle de Atos de Pessoal (ICAP) efetuaram diligências em 259 órgãos, e 10 inspeções no ano passado.

## História da auditoria operacional

### O QUE É AUDITORIA OPERACIONAL?

Sem pretender esgotar o assunto e de uma forma simples, o Grupo Auditoria Operacional do Promoex (AOP-TCE/MS) irá produzir e publicar uma série de ensaios no "Tribunal em Pauta" e no site [www.tce.ms.gov.br](http://www.tce.ms.gov.br), na coluna ARTIGOS, iniciando com a História da Auditoria Operacional e dando sequência com os temas: O que é auditoria operacional? As principais diferenças entre Auditoria Operacional e Contábil; Os tipos de Auditoria Operacional; Normatização da AOP no TCE/MS; Técnicas aplicadas na AOP e Os resultados alcançados pelas Auditorias Operacionais.

### HISTÓRIA DA AUDITORIA OPERACIONAL

Segundo Christopher Pollit e Hilka Summa (1999), a auditoria operacional é uma atividade recente, que surgiu no final dos anos setenta e representa uma variante moderna da atividade de auditar.

Os precursores dessa atividade foram os europeus ocidentais, os norte-americanos e os australianos, após as reformas administrativas públicas. Reformas essas que tiveram como principal objetivo reduzir o aparato estatal. A partir dessa reforma, foram geradas

buscas por novas ideias por mecanismos de fiscalização.

A forma tradicional de fiscalizar consiste no processo de verificar de livros, notas empenhos e fiscais. A Auditoria Operacional busca algo a mais, possui um propósito mais ambicioso, que une a antiga tradição de auditar com o novo olhar para o "resultado".

A nova prática iniciou-se no Tribunal de Contas da União - TCU, no início dos anos 80 e consolidou-se com a Constituição de 1988, que no seu art. 70 preconiza: "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder." (grifo nosso)

Em 1998, o TCU implementou o Projeto de Cooperação Técnica com o Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional - DFID com o objetivo de disseminar a auditoria operacional. O TCU criou, também, em 2000, uma unidade especializada, chamada Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo - Seprog.

A Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores -

INTOSAI, em 2004, elaborou e publicou as DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DE NORMAS DE AUDITORIA OPERACIONAL, com objetivo de descrever as características e os princípios da auditoria operacional; ajudar os auditores operacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores - EFSs na supervisão e realização das auditorias operacionais, de modo eficiente e efetivo; servir de base para as boas práticas de auditorias operacionais e estabelecer um marco para o desenvolvimento futuro da metodologia e o desenvolvimento profissional da auditoria operacional.

Em 2005, a INTOSAI autorizou a tradução ao idioma português, que foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia e encontra disponível no site [www.tce.ba.gov.br](http://www.tce.ba.gov.br).

Com o Promoex, a Auditoria Operacional se tornou uma ação prioritária e sua implantação nos Tribunais de Contas constitui-se meta nacional. O TCE/MS realizou sua primeira Auditoria Operacional, em 2008, na função Educação; a segunda auditoria operacional, em 2009, na função Saúde. Esta se encontra em fase de conclusão.

No decorrer desse pequeno ensaio, evidenciou-se que a Auditoria Operacional é instrumento moderno utilizado na maioria das EFSs, constituindo-se em nova ferramenta e forma de fiscalizar os entes públicos.

## Rede de controle avalia resultados

A "Rede de Controle da Gestão Pública", criada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da qual o TCE/MS e vários órgãos que atuam no controle faz parte, já começa a apresentar resultados positivos e práticos, conforme afirmou o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de MS, Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha durante a terceira reunião do grupo, realizada em 23 de fevereiro, na sede do TCE/MS.

De acordo com o promotor de Justiça do MPE/MS, a "Rede de Controle tem ajudado muito com informações importantes nas investigações pelo MP". Segundo Alexandre Saldanha "antes tínhamos que mandar ofício solicitando informações aos órgãos, e isso levava em torno de 30 dias para obter a resposta. Hoje, através da Rede os órgãos públicos nas diferentes esferas estão mais integrados, conhecendo mais as pessoas que ocupam os cargos no setor público, e o acesso às informações é praticamente instantâneo", destacou.

Durante a terceira reunião, o assessor da Diretoria Geral de Controle Externo (DGCE), Denis Peixoto Ferrão Filho, apresentou e explicou aos membros do grupo as novas resoluções do TCE/MS que entraram em vigor em janeiro último, tais como a Resolução Normativa nº 64 que estabelece o limite do valor dos contratos e instrumentos similares sujeitos ao encaminhamento e exame



Membros da Rede de Controle durante reunião no TCE/MS

pelo Tribunal de Contas, que diminuiu de R\$ 350 mil para R\$ 180 mil para obras e serviços de engenharia e de R\$ 90 mil para R\$ 32 mil quando referente a compras e serviços.

O procurador-chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional em MS, Ricardo Sanson, informou que o órgão participa da Rede disponibilizando o seu cadastro, e não atuando no controle diretamente. Sanson disse que considera inédita e positiva a iniciativa de formação da Rede, pois "através dela, o cidadão comum vai saber como e onde o seu dinheiro pago em impostos está sendo aplicado".

Para o secretário e auditor Federal de

Controle Externo de MS, Edmur Baida do Tribunal de Contas da União (TCU/MS)", este estreitamento de laços entre os órgãos e seus representantes já está proporcionando a melhoria na metodologia para combate a corrupção", salientou. Ele informou que nesse sentido, foram criados dois grupos, o de repressão e o que atua no controle. A rede de controle é uma iniciativa nacional para fortalecer a integração entre órgãos que atuam no controle da administração, e foi lançada em março do ano passado com objetivo de unir-se para tornar o combate à corrupção mais intenso. O Mato Grosso do Sul foi o 17º Estado a assinar o acordo.

## Curso mostra recursos da SIAMWEB

Aconteceu em fevereiro o curso de capacitação dos funcionários ligados aos setores financeiro, recursos humanos e patrimonial para a utilização do Sistema Integrado de Administração Municipal (SIAMWEB). O sistema, disponibilizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), será utilizado pelo TCE/MS como aplicativo para gestão interna e tem o objetivo de integrar e modernizar todos os sistemas e procedimentos do Tribunal.

O analista de negócios da CNM, Gelson Wolowski Gonçalves, explica que este curso irá instruir 22 funcionários do TCE/MS para o uso do SIAMWEB. "Estaremos apresentando cerca de 40 módulos que estão inseridos no sistema e que servirá para disponibilizar dados integrados do Financeiro, Recursos Humanos e Patrimônio".

O curso que terá duração de duas semanas, contará ainda com suporte técnico, via telefone e e-mail da CNM que disponibilizará em seu site eletrôni-

co, periodicamente, pacotes com eventuais correções e melhorias.

De acordo com o diretor financeiro e administrativo do TCE/MS, Alexandre Brandes, o SIAMWEB substituirá diversos sistemas que o Tribunal de Contas

mantém com diferentes fornecedores, nas áreas de contabilidade, recursos humanos, patrimônio e outros. "Essa unificação, além da economia de recursos financeiros, possibilitará a agilização de nossos serviços internos".



Instrutores da CNM (em pé) ministram curso de capacitação

## Obra da ESCOEX em estágio avançado

A conclusão da obra do prédio que abrigará a Escola Superior de Controle Externo (Escoex) deverá ser entregue em breve. A informação é do engenheiro do TCE/MS, Domingos Sahib Neto, responsável pela fiscalização da obra. Segundo Sahib Neto, "apesar das chuvas, o andamento da obra pode ser considerado bom, e o cronograma físico-financeiro está sendo seguido à risca". A obra já está em fase de conclusão da parte hidráulica e elétrica, inclusive com a instalação da estrutura para os aparelhos de ar-condicionado, sendo que a estrutura física já está 80% concluída.

Em visita à obra, o coordenador da Escoex, José Sebastião Espindola, disse que o presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antônio de Souza deve inaugurar a Escola durante as comemorações de aniversário de 30 anos do Tribunal. Espindola informou ainda, que o prédio será entregue com todo o mobiliário e material necessário para dar início às aulas de capacitação e treinamento de servidores da própria Corte Fiscal e dos órgãos jurisdicionados.

**Estrutura** - O prédio terá área total construída de 1.005,94 m<sup>2</sup>, com estacionamento para 50 veículos. No piso inferior será implantada a parte administrativa da Escoex, onde haverá ampla área de recepção para realização de eventos e coffee-break, biblioteca, sala de leitura e duas salas de reunião. O piso superior contará com auditório com capacidade para 120 pessoas; duas salas de aulas, sendo uma com 25 lugares com carteiras fixas e outra com capacidade para 30 pessoas em carteiras móveis e, ainda, laboratório de informática com 25 lugares para a realização de aulas práticas. Todas as salas contarão com sistema de projeção data-show e rede sem fio para conexão à Internet.

**Investimento** - O investimento total é de aproximadamente R\$ 3 milhões, sendo cerca de R\$ 1,7 milhão para obras de engenharia civil e R\$ 1,3 milhão para



mobiliário e equipar a Escola. O presidente destaca que todo o investimento está sendo feito com recursos próprios, oriundos do duodécimo do TCE/MS. "As medidas de economia e racionalização de despesas que adotamos ao longo de mais de três anos de administração garantiram maior flexibilidade em nosso orçamento, permitindo a realização deste investimento, que irá reverter em benefício de nossos servidores e dos jurisdicionados das prefeituras, câmaras e órgãos estaduais", afirmou.



Bosco, Areco e Domingos avaliam andamento da obra



## Revitalização preserva fachada do TCE/MS

Uma das obrigações e deveres do gestor público é a de zelar pelo patrimônio público. Nesse sentido, a sede do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), no Parque dos Poderes, está passando pelo processo de revitalização das suas instalações com objetivo de conservar o patrimônio público.

De acordo com o engenheiro, Domingos Sahib Neto, o prédio foi inaugurado em 2004, e essa é a primeira vez que passa pelo processo de revitalização e conservação. "O trabalho consiste na limpeza das janelas e colunas de concreto, com aplicação de silicone na parte de concreto aparente, látex nas paredes e esmalte sintético nas esquadrias metálicas".



Operários fazem limpeza das colunas de concreto